

NEWSLETTER OUTUBRO/2016



An Independent Member Of
BKR International - In principal
cities worldwide

www.mca.pt

www.bkr.com

Sede: Lisboa
R. Visconde Moreira de Rey, 14
Linda-a-Pastora
2790-447 Queijas

Telf. 21 424 88 40
Fax. 21 424 88 50

Delegações:
Olhão e Portalegre

EM DESTAQUE

O Conselho de Ministros aprovou em 13 de outubro a Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2017, o Relatório que o acompanha, as Grandes Opções do Plano e o Quadro Plurianal de Programação Orçamental. De salientar na proposta:

- Aumento do subsídio de alimentação na função pública em 25 cêntimos
- Atualização dos escalões de IRS em função da taxa de inflação
- Exclusão do regime de reinvestimento de mais e menos valias as propriedades de investimento, ainda que estejam contabilizadas como ativos fixos tangíveis
- Eliminação da regra da dedução dos prejuízos fiscais mais antigos
- Alteração do prazo de envio do SAF-T (de dia 25 para dia 8)
- Alargamento da obrigação de envio do SAF-T
- IMI – novo imposto adicional
- Remuneração convencional do capital social (7%) aceite como gasto fiscal
- Redução da taxa de IRC para empresas localizadas em regiões do interior
- Prorrogação por um ano de vários benefícios fiscais como a criação de emprego

LEGISLAÇÃO FISCAL

IRC – procedimentos do REAID

A portaria nº 259/2016 regulamenta os procedimentos para a aplicação do regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos que tenham resultado da não dedução de gastos e variações patrimoniais negativas com perdas por imparidade em créditos e com benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados (REAID), aprovado pela Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto, nomeadamente no que respeita ao controlo e utilização do crédito tributário.

[Portaria n.º 259/2016 - Diário da República n.º 191/2016, Série I de 2016-10-04](#)

REGIME DE ACESSO E TROCA AUTOMÁTICA DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS NO DOMÍNIO DA FISCALIDADE – NOVAS REGRAS

No uso da autorização legislativa concedida pelos n.os 1, 2 e 3 do artigo 188.º da [Lei n.º 7-A/2016](#), de 30 de março, regula a troca automática de informações obrigatória no domínio da fiscalidade e prevê regras de comunicação e de diligência pelas instituições financeiras relativamente a contas financeiras, transpondo a [Diretiva n.º 2014/107/UE](#), do Conselho, de 9 de dezembro de 2014, que altera a [Diretiva n.º 2011/16/UE](#).

[Decreto-Lei n.º 64/2016 - Diário da República n.º 195/2016, Série I de 2016-10-11](#)

IRC- derrama regional Região Autónoma dos Açores

O Decreto Legislativo Regional nº 21/2016/A cria a derrama regional a vigorar na Região Autónoma dos Açores e aprova o respetivo regime jurídico.

[Decreto Legislativo Regional n.º 21/2016/A - Diário da República n.º 199/2016, Série I de 2016-10-17](#)

OUTRA LEGISLAÇÃO

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR – REGIME REMUNERATÓRIO

O Decreto-Lei n.º 65/2016 procede à confirmação do entendimento adotado pelas instituições de ensino superior politécnico quanto ao regime remuneratório dos presidentes e vice-presidentes das escolas superiores politécnicas não integradas e dos pró-presidentes dos institutos politécnicos após a entrada em aplicação da [Lei n.º 62/2007](#), de 10 de setembro, bem como à regularização da atribuição de um suplemento remuneratório por despesas de representação aos presidentes dos institutos politécnicos entre janeiro de 2004 e dezembro de 2012.

Decreto-Lei n.º 65/2016 - Diário da República n.º 203/2016, Série I de 2016-10-21

PROGRAMAS OPERACIONAIS / APOIOS

[Portaria n.º 276-A/2016 - Diário da República n.º 200/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-10-18](#)

Estabelece as regras nacionais de atribuição do apoio excecional aos produtores de leite concedido pelo Regulamento Delegado (UE) [2016/1613](#), da Comissão, de 8 de setembro

CONTABILIDADE

O Regulamento (UE) 2016/1905 da Comissão, de 22 de setembro de 2016 altera o Regulamento (CE) n.º 1126/2008, que adota determinadas normas internacionais de contabilidade nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito à Norma Internacional de Relato Financeiro 15.

INTERPRETAÇÕES/ORIENTAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL

CIVA – artº 2º, nº2 – poderes de autoridades dos municípios Informação vinculativa de 13-10-2016

Esta informação esclarece quanto às rendas recebidas pelos Municípios, no âmbito dos seus poderes de autoridade, devidas pela exploração da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão conexas com a concessão do direito ao exercício da atividade de distribuição de eletricidade

A presente informação destina-se a ser distribuída entre clientes e colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta informação não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem expressa autorização do editor.

Caso deseje obter esclarecimentos adicionais contacte sroc@mca.pt